


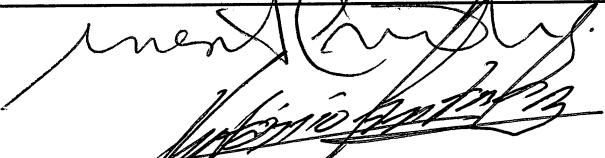
Centro Social Paroquial do Padrão da Légua  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

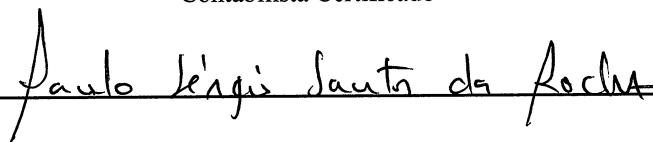
Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2022	2021
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		1 288 390,75	1 086 225,13
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		727 540,31	698 161,33
Pagamentos ao pessoal		1 110 569,44	1 053 476,11
Caixa gerada pelas operações		-549 719,00	-665 412,31
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		692 431,91	668 523,93
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		142 712,91	3 111,62
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis		-8 072,09	2 824,55
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		-482,36	-2 471,37
Outros activos		0,00	0,00
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		57,67	31,50
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		8 612,12	-321,68
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		22 081,62	14 906,56
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		22 081,62	14 906,56
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		173 406,65	17 696,50
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		0,00	0,00
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		123 464,41	105 767,91
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		296 871,06	123 464,41

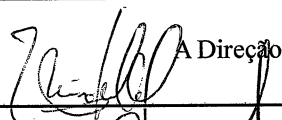
A Direcção

Contabilista Certificado

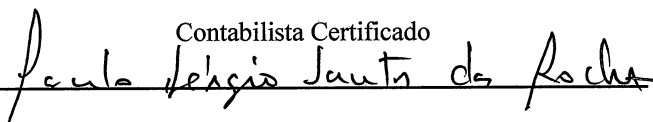
  
  
 Fatima Gouveia  
 Alina Carvalho

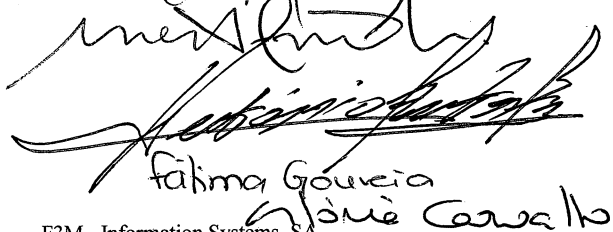


RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2022	31 DEZ 2021
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	147 129,05	112 686,98
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis	6	0,00	305,19
Investimentos financeiros	11.1	16 173,88	11 997,69
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		163 302,93	124 989,86
<b>Activo corrente</b>			
Inventários	7	9 948,99	7 975,61
Créditos a receber	11.2	28 630,15	23 274,05
Estado e outros entes públicos	11.9	15 565,54	11 610,50
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos	11.4	66 439,32	90 233,99
Outros ativos correntes	11.3 e 11.5	89 355,46	111 682,06
Caixa e depósitos bancários	11.6	296 871,06	123 464,41
		506 810,52	368 240,62
<b>Total do ativo</b>		670 113,45	493 230,48
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	11.7	1 273,02	1 273,02
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	11.7	16 019,90	87 922,62
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	11.7	32 176,80	40 221,00
		49 469,72	129 416,64
Resultado líquido do período		-18 150,42	-71 902,72
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		31 319,30	57 513,92
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	11.8	132 675,39	66 666,51
Estado e outros entes públicos	11.9	58 682,81	44 896,95
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos	11.4	51 550,76	1 053,15
Outros passivos correntes	11.10	395 885,19	323 099,95
		638 794,15	435 716,56
<b>Total do passivo</b>		638 794,15	435 716,56
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		670 113,45	493 230,48

  
A Direção

Contabilista Certificado

  
Paulo Sérgio Santos da Rocha

  
Fatima Gouveia  
Alma Carvalho

Centro Social Paroquial do Padrão da Légua  
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

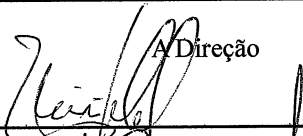
Contribuinte: 502073179

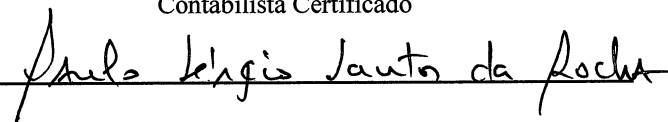
Moeda: EUROS

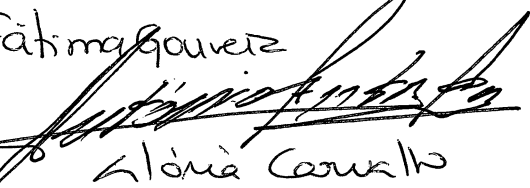
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	8	1.266.414,36	1.064.961,30
Subsídios, doações e legados à exploração	11.11	1.104.027,45	1.105.567,30
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	77.024,20	60.588,64
Fornecimentos e serviços externos	11.12	697.649,69	638.637,61
Gastos com o pessoal	9	1.634.736,10	1.523.407,17
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	11.5	2.389,21	-2.716,72
Outros rendimentos	11.13	53.737,95	9.968,77
Outros gastos	11.14	4.988,26	10.201,58
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>7.392,30</b>	<b>-49.620,91</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5,6	25.641,60	22.335,67
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-18.249,30</b>	<b>-71.956,58</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	11.15	98,88	53,86
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>-18.150,42</b>	<b>-71.902,72</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-18.150,42</b>	<b>-71.902,72</b>

A Direção

Contabilista Certificado

  
 \_\_\_\_\_  
 ment (und).

  
 \_\_\_\_\_  
 Paulo Sérgio Santos da Rocha

Fátima Gouveia  
  
 Alônia Carvalho

# **Centro Social Paroquial do Padrão da Légua**

**Anexo**

**18 de maio de 2023**

## Índice

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	4
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	4
3.1	Bases de Apresentação .....	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	7
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	12
5	Ativos Fixos Tangíveis.....	13
6	Ativos Intangíveis .....	14
7	Inventários .....	15
8	Rédito .....	15
9	Benefícios dos empregados .....	16
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	16
11	Outras Informações.....	17
11.1	Investimentos Financeiros .....	17
11.2	Clientes e Utentes .....	17
11.3	Outras contas a receber .....	18
11.4	Diferimentos .....	18
11.5	Outros Ativos Financeiros .....	19
11.6	Caixa e Depósitos Bancários .....	19
11.7	Fundos Patrimoniais.....	20
11.8	Fornecedores .....	20
11.9	Estado e Outros Entes Públicos.....	20
11.10	Outras Contas a Pagar .....	21
11.11	Subsídios, doações e legados à exploração .....	21
11.12	Fornecimentos e serviços externos.....	22
11.13	Outros rendimentos.....	22
11.14	Outros gastos .....	23
11.15	Resultados Financeiros.....	23
11.16	Acontecimentos após data de Balanço.....	24

## 1 Identificação da Entidade

O Centro Social Paroquial do Padrão da Légua (CSPPL) é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), com registo no Livro 3 das Fundações de Solidariedade Social fls. 107, sob o número 14/87 de 26 de fevereiro de 1987.

A sua sede fica localizada na Travessa Padre Manuel Bernardes, nº 20, 4465-684, na União de Freguesias de Custóias, Leça do Balio e Guifões, concelho de Matosinhos.

O Centro Social Paroquial do Padrão da Légua engloba o Infantário "Encanto", o Lar "Mãe de Jesus" e o Centro de Dia "Padre Barros", com as seguintes respostas sociais:

- Creche:	Acordo: 40 utentes	Frequência média: 40 utentes
- Pré-escolar	Acordo: 106 utentes	Frequência média: 95 utentes
- CATL	Acordo: 80 utentes	Frequência média: 36 utentes
- Sala de Estudo	Sem Acordo	Frequência média: 70 utentes
- ERPI	Acordo: 95 utentes	Frequência média: 98 utentes
- Centro de Dia	Acordo: 30 utentes	Frequência média: 23 utentes

Os órgãos sociais do CSPPL são a Direção e o Conselho Fiscal, que são nomeados pelo Sr. Bispo do Porto sob proposta da Paróquia do Padrão da Légua. A Direção é composta por 5 (cinco) elementos: Presidente, Tesoureira, Secretário e 2 (dois) Vogais. O Conselho Fiscal é composto por 3 (três) elementos: Presidente e 2 (dois) Vogais.

A missão do CSPPL é contribuir para a promoção integral quer de crianças quer dos idosos, correspondendo às suas necessidades e expectativas, mas sem querer substituir as famílias, num espírito de solidariedade humana e cristã.

O CSPPL tem um olhar atento às diversas situações de necessidades sociais que o envolvem, dando uma resposta concreta e capaz, humanizando e valorizando as pessoas que ao Centro Social recorrem.

Valorizam um clima de afeto, cuidando de cada utente com o máximo respeito e dignidade, dando prioridade à humanização. Baseados no valor cristão da caridade, pretendem:



- Apoiar o desenvolvimento humano de cada utente
- Promover um espírito de solidariedade
- Fomentar o bem-estar
- Desenvolver ações que tendam à promoção e realização pessoal.

## **2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

## **3 Principais Políticas Contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:



### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

#### **3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

#### **3.1.2 Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

#### **3.1.3 Compreensibilidade**

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

#### **3.1.4 Relevância**

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

#### **3.1.5 Materialidade**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas

demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **3.1.6 Fiabilidade**

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

### **3.1.7 Representação Fidedigna**

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

### **3.1.8 Substância sobre a forma**

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

### **3.1.9 Neutralidade**

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

### **3.1.10 Prudência**

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

### **3.1.11 Plenitude**

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

### 3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

## 3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.



### 3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada
Programas de Computador	3 anos

### 3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Equipamento informático	5 anos
Outros ativos fixos tangíveis	6 anos

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

#### 3.2.4 Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros correspondem às participações da Entidade no Fundo de Compensação do Trabalho (FCT). Este FCT corresponde à participação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades dos novos contratos de trabalho, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

#### 3.2.5 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e

não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

### 3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

#### Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

#### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Instituição avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.2.7 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### **3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos**

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”



No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

#### **4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

## 5 Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

Descrição	2021					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	112 083,43					112 083,43
Equipamento básico	311 035,22	2 067,30				313 102,52
Equipamento de transporte	91 730,23					91 730,23
Equipamento administrativo	443 324,57	501,75				443 826,32
Outros ativos fixos tangíveis	71 337,62	1 537,21				72 874,83
<b>Total</b>	<b>1 029 511,07</b>	<b>4 106,26</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1 033 617,33</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	26 363,24	2 241,68				28 604,92
Edifícios e outras construções	0,00					0,00
Equipamento básico	297 761,42	4 173,10				301 934,52
Equipamento de transporte	83 605,23	7 500,00				91 105,23
Equipamento administrativo	426 162,38	5 617,39				431 779,77
Outros ativos fixos tangíveis	65 123,03	2 382,88				67 505,91
<b>Total</b>	<b>899 015,30</b>	<b>21 915,05</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>920 930,35</b>

Descrição	2022					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	112 083,43		28 690,00			83 393,43
Equipamento básico	313 102,52	4 941,64				318 044,16
Equipamento de transporte	91 730,23	60 739,00				152 469,23
Equipamento administrativo	443 826,32	2 430,70				446 257,02
Outros ativos fixos tangíveis	72 874,83	13 949,70				86 824,53
<b>Total</b>	<b>1 033 617,33</b>	<b>82 061,04</b>	<b>28 690,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1 086 988,37</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	28 604,92	1 763,52	6 407,44			23 961,00

Equipamento básico	301 934,52	4 305,18				306 239,70
Equipamento de transporte	91 105,23	11 760,52				102 865,75
Equipamento administrativo	431 779,77	5 301,59				437 081,36
Outros ativos fixos tangíveis	67 505,91	2 205,60				69 711,51
<b>Total</b>	<b>920 930,35</b>	<b>25 336,41</b>	<b>6 407,44</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>939 859,32</b>

## 6 Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

Descrição	2021					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	18 405,39					18 405,39
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
<b>Total</b>	<b>18 405,39</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>18 405,39</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	17 679,58	420,62				18 100,20
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
<b>Total</b>	<b>17 679,58</b>	<b>420,62</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>18 100,20</b>

Descrição	2022					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	18 405,39					18 405,39
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos	0,00					0,00

intangíveis						
<b>Total</b>	<b>18 405,39</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>18 405,39</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	18 100,20	305,19				18 405,39
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
<b>Total</b>	<b>18 100,20</b>	<b>305,19</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>18 405,39</b>

## 7 Inventários

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2021				2022		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	3 630,61	0,00	0,00	1 676,65	36 052,13	- 1 937,46	3 053,79
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	7 803,29	0,00	0,00	6 298,96	44 882,91	0,00	6 895,20
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>11 433,90</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7 975,61</b>	<b>80 935,04</b>	<b>- 1 937,46</b>	<b>9 948,99</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				60 588,64			77 024,20
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

## 8 Rédito

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2022	2021
Vendas	51 779,57	47 268,50
<b>Prestação de Serviços</b>		
Quotas de utilizadores	1 203 266,57	1 015 996,19
Quotas e joias	0,00	0,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	782,32	843,31
Serviços secundários	10 585,90	853,30

<b>Total</b>	<b>1 266 414,36</b>	<b>1 064 961,30</b>
--------------	---------------------	---------------------

Os Rendimentos de patrocinadores incluem a verba referente às comissões faturadas pelas máquinas de Vending existentes no Centro Social.

Os Serviços secundários incluem a faturação de serviços pontuais disponibilizados, como são exemplo: passeios de utentes, colónia balnear e serviços de costura.

## 9 Benefícios dos empregados

Os órgãos sociais do CSPPL são a Direção e o Conselho Fiscal, que são nomeados pelo Sr. Bispo do Porto sob proposta da Paróquia do Padrão da Légua. A Direção é composta por 5 (cinco) elementos: Presidente, Tesoureira, Secretário e 2 (dois) Vogais. O Conselho Fiscal é composto por 3 (três) elementos: Presidente e 2 (dois) Vogais.

Os órgãos diretivos são voluntários e não usufruem quaisquer remunerações.

O número médio de funcionários ao serviço da Entidade em 2021 e em 2022 foi de 107.

Em 2022, a distribuição dos funcionários, por respostas sociais, era a seguinte:

- Creche – 9 funcionários
- Pré-escolar – 19 funcionários
- Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL) – 9 funcionários
- Sala de Estudo – 4 funcionários
- Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) – 63 funcionários
- Centro de Dia – 3 funcionários

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	1 322 417,24	1 238 804,94
Benefícios Pós-Emprego	1 597,00	1 752,09
Indemnizações	4 838,79	500,57
Encargos sobre as Remunerações	266 989,60	232 089,12
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	27 179,28	27 263,80
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	11 714,19	22 996,65
<b>Total</b>	<b>1 634 736,10</b>	<b>1 523 407,17</b>

## 10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 11.1 Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros correspondem às participações da Entidade no Fundo de Compensação do Trabalho (FCT). Este FCT corresponde à participação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades dos novos contratos de trabalho, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

Nos períodos de 2022 e 2021, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2022	2021
<b>Investimentos em subsidiárias</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos em associadas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos em entidades conjuntamente controladas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos noutras empresas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Outros investimentos financeiros</b>	<b>16 173,88</b>	<b>11 997,69</b>
<b>Perdas por Imparidade Acumuladas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>16 173,88</b>	<b>11 997,69</b>

### 11.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2022 e 2021 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2022	2021
<b>Clientes e Utentes c/c</b>		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	28 630,15	23 274,05
<b>Clientes e Utentes títulos a receber</b>		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00

<b>Cientes e Utentes factoring</b>		
Cientes		
Utentes		
<b>Cientes e Utentes cobrança duvidosa</b>		
Cientes		
Utentes		
<b>Total</b>	<b>28 630,15</b>	<b>23 274,05</b>

### 11.3 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	237,41
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	63 801,35	77 251,76
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	8 981,84	15 231,41
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>72 783,19</b>	<b>92 720,58</b>

Na parte dos devedores por acréscimo foram considerados os seguintes itens:

- Valores a receber da Segurança Social - além do montante de 744,00 € referente a períodos anteriores e que ainda não foram liquidados pela Segurança Social, foram considerados os seguintes valores: participações da gratuidade da creche, de dezembro/22, no montante de 2.726,84 €; acertos nas participações do pré-escolar e por deficiência no valor de 1.531,32 €; acerto de valores descontados indevidamente, na resposta social Centro de Dia, no montante de 398,00 €; acerto de valor descontado indevidamente, na resposta social ERPI, no montante de 470,16 €; compensação financeira do diferencial remuneratório das educadoras de infância, no valor de 57.232,08 €; diferencial das vagas ERPI reservadas para a Segurança Social e o adicional em ERPI referente ao mês de dezembro/22 no montante de 569,38 €;
- Foram também incluídos os juros e outras receitas diferidas a receber em 2023, referente ao período de 2022.

### 11.4 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Obras em propriedade alheia	60 414,85	78 416,93
Outras despesas c/ custo diferido	6 024,47	11 817,06
<b>Total</b>	<b>66 439,32</b>	<b>90 233,09</b>

<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
Outras receitas c/ proveito diferido	51 550,76	1 053,15
<b>Total</b>	<b>51 550,76</b>	<b>1 053,15</b>

Os diferimentos considerados em 2022 dizem respeito aos seguintes gastos: obras em propriedade alheia, subdivididas por anos, a serem amortizados anualmente à taxa utilizada para as depreciações dos ativos fixos tangíveis. Esta amortização anual é registada na conta 62264 (conservação e reparação em edifícios de comodato). As outras despesas com custos diferidos são relativas a seguros, trabalhos especializados de desratização, aluguer de equipamentos, renovação do antivírus e do domínio plegua, pagos no final deste período que dizem respeito ao período seguinte, ou seja, ao ano de 2023.

Em relação aos rendimentos a reconhecer, é referente ao valor recebido da Segurança Social, em dezembro de 2022, no âmbito dos apoios extraordinários e do adiantamento parcial da atualização para 2023, previstos na Adenda ao Compromisso de Cooperação celebrada em 12/12/2022.

### 11.5 Outros Ativos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, investimentos nas seguintes entidades:

<b>Descrição</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Outros instrumentos financeiros	16 572,27	18 961,48
<b>Total</b>	<b>16 572,27</b>	<b>18 961,48</b>

Foi feita a atualização do valor dos Instrumentos Financeiros, tendo em conta o saldo da carteira a 31 de dezembro de 2022.

Essa atualização originou uma redução de justo valor, no montante de 2.389,21 € (Conta 662).

### 11.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

<b>Descrição</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Caixa	9 661,91	991,36
Depósitos à ordem	187 209,15	22 473,05
Depósitos a prazo	100 000,00	100 000,00
Outros		
<b>Total</b>	<b>296 871,06</b>	<b>123 464,41</b>

### 11.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	1 273,02	0,00	0,00	1 273,02
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	87 922,62	0,00	-71 902,72	16 019,90
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	40 221,00	0,00	-8 044,20	32 176,80
<b>Total</b>	<b>129 416,64</b>	<b>0,00</b>	<b>-79 946,92</b>	<b>49 469,72</b>

Em 2020, recebemos da Câmara Municipal de Matosinhos, um subsídio de 40.221,00 € para a aquisição de uma viatura adaptada para transporte de utentes da Terceira Idade, em cadeira de rodas. Devido à pandemia causada pela COVID-19, o que afetou a atividade da E.R.P.I. e originou a suspensão do Centro de Dia, durante o ano de 2021 não foi feita a compra da referida viatura. A compra foi feita em 2022, daí termos considerado nesse ano, a primeira utilização do subsídio à taxa de 20% anual.

A diminuição dos Fundos Patrimoniais, no montante de 71.902,72 €, corresponde à transferência do valor do resultado líquido negativo apurado no período de 2021.

### 11.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	132 675,39	66 666,51
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores - faturas em receção e conferência	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>132 675,39</b>	<b>66 666,51</b>

### 11.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	15 565,54	11 610,50
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>15 565,54</b>	<b>11 610,50</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	273,58	294,89
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	7 064,75	6 755,06

Segurança Social	50 893,24	37 417,45
Outros Impostos e Taxas	451,24	429,55
<b>Total</b>	<b>58 682,81</b>	<b>44 896,95</b>

### 11.10 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>				
Remunerações a pagar		0,00		0,00
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
<b>Fornecedores de Investimentos</b>		<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
<b>Credores por acréscimo de gastos</b>		<b>231 739,49</b>		<b>191 074,72</b>
<b>Outros credores</b>		<b>164 145,70</b>		<b>132 025,23</b>
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>395 885,19</b>	<b>0,00</b>	<b>323 099,95</b>

Nos credores por acréscimo de gastos, além do valor das remunerações a liquidar em 2023 e respetivos encargos com a Segurança Social, referente ao subsídio de férias e férias vencidas a 01 de janeiro de 2023 respeitante ao ano de 2022, no montante previsto de 220.726,79 €, registamos o valor de 6.189,79 € referente ao montante a descontar nas participações que serão pagas pela Segurança Social em 2023, mas que são referentes ao ano de 2022:

- Acerto nas participações do Pré-escolar referente ao mês de dezembro/22: 87,61 €;
- Acerto nas participações do CATL referente ao mês de dezembro/22: 1.120,58 €;
- Acerto nas participações referentes à E.R.P.I. respeitante ao mês de dezembro/22: 4.701,60 €;
- Acerto nas participações do Centro de Dia referente ao mês de dezembro/22: 280,00 €.

Além desses acertos, foram contemplados outros gastos e despesas, no valor de 4.262,11 € que serão pagas em 2023, mas cujo o período de referência correspondente é o ano de 2022, nomeadamente em eletricidade, água, gás, higiene e segurança no trabalho e outras despesas diferidas.

O valor referente a outros credores, inclui o saldo dos sindicatos (123,77€) e utentes da resposta social E.R.P.I. (164.021,93 €).

### 11.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2021, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2022	2021
Subsídios do Estado e outros entes públicos:	<b>1 062 949,19</b>	<b>1 081 446,72</b>
Segurança Social (Comparticipações)	1 041 730,87	955 040,39
Apoio ao combate da COVID-19	7 411,06	56 856,68
Instituto Emprego e Formação Profissional	6 583,26	64 775,40
Outros Organismos Públicos	7 224,00	4 774,25
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	41 078,26	24 120,58
Legados	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>1 104 027,45</b>	<b>1 105 567,30</b>

Além das participações da Segurança Social, respeitantes às respostas sociais disponibilizadas pela Instituição, recebemos o apoio de Layoff no valor de 7.411,06 €, referente ao mês de janeiro de 2022, devido ao encerramento da parte da infância decretada pelo Governo.

Da parte do I.E.F.P. – Instituto de Emprego e Formação Profissional, obtivemos apoio em dois projetos de Contrato Emprego Inserção – um na área da manutenção e outro na área de apoio às respostas sociais da Terceira Idade. No âmbito da pandemia do COVID-19, tal como já tinha ocorrido no ano anterior, o I.E.F.P. manteve a Medida de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde. O Centro Social teve durante o ano de 2022 três candidaturas ao abrigo desta medida.

Outro organismo que atribui um apoio ao Centro Social, no montante total de 7.224,00 €, foi o Instituto de Apoio às PME Inovação, referente à Medida Excepcional de Compensação ao aumento do Rendimento Mínimo Mensal Garantido (Salário Mínimo Nacional).

### 11.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Subcontratos	299 379,36	270 357,61
Serviços especializados	210 124,92	181 237,89
Materiais	23 873,01	22 223,01
Energia e fluidos	92 488,02	100 838,88
Deslocações, estadas e transportes	962,73	1 480,73
Serviços diversos	70 821,65	62 499,49
<b>Total</b>	<b>697 649,69</b>	<b>638 637,61</b>

### 11.13 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Rendimentos Suplementares	7 408,77	5 191,80
Descontos de pronto pagamento obtidos	9,70	0,00
Recuperação de dívidas a receber	557,84	544,64
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	37 717,44	0,00
Outros rendimentos	8 044,20	4 232,33
<b>Total</b>	<b>53 737,95</b>	<b>9 968,77</b>

Na conta de Outros Rendimentos, destacamos o Rendimento que foi obtido com a venda do apartamento na Rua Monte da Mina – 37.717,44 €.

A parcela no montante de 8.044,20 € é referente à imputação do subsídio da Câmara Municipal de Matosinhos, para a compra da viatura afeta ao transporte da Terceira Idade.

#### 11.14 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos	1 629,04	1 688,64
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	1 531,02	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	1 828,20	8 512,94
<b>Total</b>	<b>4 988,26</b>	<b>10 201,58</b>

O valor inscrito na rubrica de Outros Gastos e Perdas no montante de 1.828,20 €, diz respeito a correções relativas a acidentes de trabalho, no montante de 516,25 € e correções relativas a períodos anteriores ocorridos nas respostas sociais da E.R.P.I. (1.180,75 €) e Centro de Dia (131,20 €).

#### 11.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2022	2021
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	0,00	0,00

Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	98,88	53,86
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>98,88</b>	<b>53,86</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>98,88</b>	<b>53,86</b>

### 11.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Leça do Balio, 18 de maio de 2023

O Contabilista Certificado

*Paulo Sérgio Santos da Rocha*

A Direção

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
 Fátima Gouveia  
 Alina Cavalho

## MAPA DE CONTROLO DO(S) SUBSÍDIO(S) PARA INVESTIMENTO(S)

ANEXO OBRIGATORIO

**CG**

Conta de Gerência das Instituições Particulares de Solidariedade Social

ANO

2022

(1)

NISS

20010124839

NIPC

502073179

CONTAS	DESCRIÇÕES	ANO INÍCIO UTILIZAÇÃO INVEST.º (2)	VALOR TOTAL POR ENTIDADE E EMPREEND.º (3)	TAXA DE AMORTIZ.º (4)	VALORES ANUAIS DAS REDUÇÕES E DAS AMORTIZAÇÕES						MOVIMENTOS NO ANO		SALDO VALOR LIQ.	
					1.º AO 3.º ANO (5)	4.º A 5.º ANO (6)	6.º ANO (7)	7.º A 30.º ANO (8)	A débito (10)	A crédito (11)	ANO N-1 (9)	ANO N (12)	ANO N (13)	ANO N (14)
59323	<b>SUBSÍDIOS</b> C Municipal de Matosinhos - Viatura Adaptada	2022	40 221,00	20%	8 044,20	0,00	0,00	0,00	0,00	8 044,20	0,00	40 221,00	32 176,80	
	<b>TOTAL SUBSÍDIOS C. M. MATOSINHOS</b>		40 221,00		8 044,20	0,00	0,00	0,00	0,00	8 044,20	0,00	40 221,00	32 176,80	
43434	<b>ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS</b> Ford Transit L3H2 - Viatura Adaptada	2022	60 739,00	20%	12 147,80	0,00	0,00	0,00	0,00	11 135,52	0,00	60 739,00	49 603,48	
	<b>TOTAL SUBSÍDIOS C. M. MATOSINHOS</b>		60 739,00		12 147,80	0,00	0,00	0,00	0,00	11 135,52	0,00	60 739,00	49 603,48	

**NOTA: O mapa deverá incluir todos os subsídios ainda por regularizar, assim como todos os investimentos por eles subsidiados e que ainda não estejam completamente amortizados.**

Em cada sub-conta só deverão ser registados os valores com origem na mesma "Entidade" e para o mesmo investimento. (Empreendimento).  
As colunas para os valores das amortizações dos imobilizados e das reduções dos subsídios para os investimentos, deverão ser aumentadas no caso dos "Empreendimentos" incluírem imobilizados com mais taxas de amortização diferenciadas.



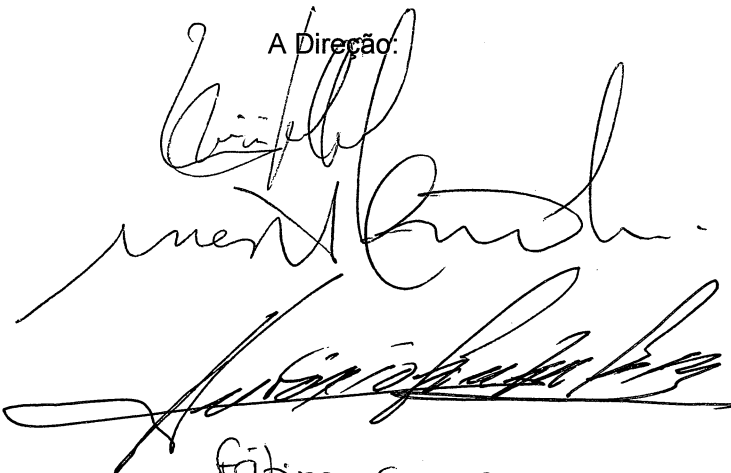
## Declaração de responsabilidade

No âmbito do processo de Prestação de Contas da Gerência do período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022, declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas do Centro Social Paroquial do Padrão da Légua, ao órgão competente para a verificação da sua legalidade que:

1. De acordo com o estabelecido pelo n.º 2, do Artigo 14º-A, do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, 14 novembro, as contas relativas ao exercício de 2022 foram publicitadas no sítio institucional eletrónico desta Instituição, [www.plegua.pt](http://www.plegua.pt) até 31 de maio de 2023.
2. De acordo com o estabelecido pelo Artigo 23º do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, 14 novembro sempre que sejam realizadas obras de montante superior a 25.000,00€ a entidade está obrigada adotar o Código dos Contratos Públicos, pelo que no exercício de 2021 a entidade:

- Realizou obras superiores a 25.000 € e aplicou o Código dos Contratos Públicos.
- Realizou obras superiores a 25.000 €, mas não aplicou o Código dos Contratos Públicos.
- Não realizou obras superiores a 25.000 €, pelo que não se aplica o Art.º 23º
- A entidade não recebeu apoios financeiros públicos, pelo que não se aplica o Art.º 23º

A Direção:



Fátima Gouveia  
Cláudia Carvalho

## ATAS

Folha 2

### Acta nº 563

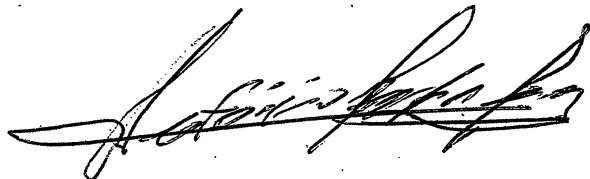
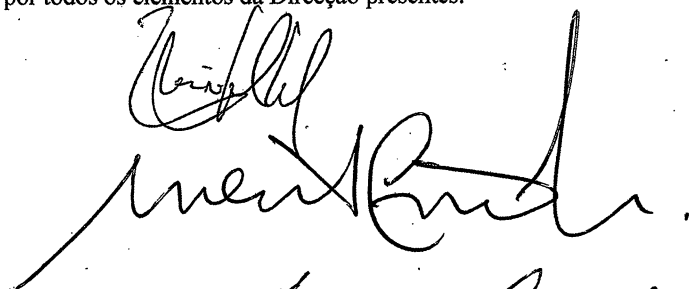
Aos vinte e quatro de Maio de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas, reuniu a Direcção do Centro Social e Paroquial do Padrão da Légua, contribuinte fiscal nº 502 073 179, Instituição Particular de Solidariedade Social, inscrita no Livro 3 das Fundações de Solidariedade Social a folhas 107 nº.14/87, na sua sede social sita na Travessa Padre Manuel Bernardes, número vinte, freguesia de Leça do Balio, concelho de Matosinhos, estando presentes todos os seus elementos, Presidente - Padre Joaquim Mário Areal Andrade, Tesoureira – Maria de Fátima Lopes Pinto Gouveia, Secretário – Marcos António Cardoso Martins Quintas, e Vogais – António Santos Oliveira e Glória Augusta Araújo Carvalho, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto único: Apreciação e deliberação sobre as contas e relatório de gerência relativos ao ano de dois mil e vinte e dois. ----  
Presidindo à reunião o Presidente da Direcção, Sr. Padre Joaquim Mário Andrade, tomou a palavra para salientar a importância desta reunião pelo facto de por esta forma se assegurar o cumprimento dos requisitos formais exigidos às Instituições Particulares de Solidariedade Social pela entidade que as tutela, a Segurança Social, bem como para se congratular com o cumprimento do prazo aplicável. -----

Seguiu-se de imediato a análise e discussão do ponto único da ordem de trabalhos tendo sido apresentadas todas as peças contabilísticas pela Tesoureira, Maria de Fátima Lopes Pinto Gouveia, destacando-se desde logo a conformidade destas com o SNC para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL) aplicável às Instituições Particulares de Solidariedade Social, constatando-se, após algumas considerações acerca do movimento da Instituição no ano em apreciação, que foi apurado o resultado líquido negativo de dezoito mil, cento e cinquenta euros e quarenta e dois cêntimos (- € 18.150,42) e bem assim que as referidas contas e o resultado apurado correspondem integralmente à realidade do exercício findo em trinta e um de Dezembro de dois mil e vinte e dois. -----

Verificadas as contas e o respectivo resultado apurado, foi deliberado por unanimidade aprovar as contas do exercício de dois mil e vinte e um e afectar o saldo da conta resultados líquidos à conta de resultados transitados. -----

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada, lavrando-se dela a presente acta que, depois de lida e aprovada, irá ser assinada por todos os elementos da Direcção presentes. -----



Fátima Gouveia

Glória Carvalho

24

## ATAS

Folha 23

### ATA Nº 77

Aos vinte e seis de maio de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas, reuniu o Conselho Fiscal do Centro Social Paroquial do Padrão da Légua, Instituição Particular de Solidariedade Social, na sua Sede Social, sita na Travessa Padre Manuel Bernardes, número vinte, Freguesia de Leça do Balio, Concelho de Matosinhos, estando presentes todos os seus elementos. Presidente, Serafim dos Anjos Pereira Madanços, 1º vogal José António Quintas Maia Ferreira, 2º Vogal Fernando Eurico Pereira Correia, com a seguinte ordem de trabalhos: Ponto Único: Apreciação e análise das contas referentes ao período de dois mil e vinte e dois.-----  
-Verificadas estas, constatou-se que todas cumpriram o exigido e estavam de acordo com as normas contabilísticas.-----  
Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata que depois de lida e aprovada, vai ser assinada por todos os seus elementos.

